



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

Tragédia (des)humana

1.-Daqui a algumas décadas, quando se recontar a história das catástrofes destas ilhas, vai, certamente, destacar-se o número de vítimas mortais, as zonas afetadas, o montante dos prejuízos e os investimentos realizados para normalizar e, eventualmente, modernizar o tecido social e urbano das localidades. As causas desses acidentes, talvez não.

Na última metade do passado século, os de mais idade, têm ainda bem vivas as imagens dos sismos de 80 e de 98 nas ilhas do Grupo Central, as cheias e inundações da Povoação e Faial da Terra em 86, dez anos depois, novamente na Povoação, Ribeira Quente e Faial da Terra, o deslizamento de Terras na Ribeira Quente, em 1997, no Faial da Terra, em 2013 – e só para referir os maiores e mais trágicos eventos que ciclicamente acontecem.

Nos últimos anos, alguns investigadores e cientistas têm chamado a atenção para a possibilidade da ocorrência de novas cheias e deslizamentos de terras, nomeadamente na Ribeira Quente, onde ainda há habitações em zona de risco. O geólogo Victor Hugo Forjaz propôs até a construção de uma via alternativa de acesso, para situações de emergência.

De um momento para o outro, nada fazia prever que a área geográfica da Povoação, considerada zona de alto risco devido à "orografia específica, à constituição geológica das vertentes e à vulnerabilidade a chuvas intensas"¹, fosse uma vez mais tragicamente afetada.

Se bem que a força e imprevisibilidade dos elementos supera ações de prevenção, não se pode abandonar à sorte e inevitabilidade das situações o controlo da natureza e do ambiente, sob pena de estarmos com um constante "ai, Jesus, acudam-nos!"

A sabedoria popular, adquirida ao longo de séculos de vida nestas ilhas, conhece, perfeitamente, quais as melhores respostas a situações de risco, provocadas por chuvas diluvianas, ocasionadas pelo indevido aproveitamento dos solos agrícolas.

A cobertura extensiva das pastagens é uma das causas, pelo que urge, rapidamente, incrementar programas de florestação diversificada que promovam o bom uso dos terrenos e uma melhor resposta às emergências.

Ainda recentemente o titular do Ambiente e Alterações Climáticas anunciou o desenvolvimento de diversos programas destinados a combater este problema.

Julgo, porém, que ao longo do período de implementação – 10 anos – parte significativa dos 20 milhões de euros previstos, (70% apoiados pela UE), se diluirão na aquisição de bens e serviços pelo que o muito que há a fazer e a mudar, não seja conseguido.

Bom seria que dando seguimento à tão apregoada transparência fosse publicado um cronograma das ações a desenvolver em cada ilha, para que o cidadão comum – alvo mais fraco das tragédias naturais – tivesse a noção do que vai ser feito em benefício de todos nós.

Não basta Alonso Miguel afirmar que "a Região tem que estar preparada com medidas que garantam a salvaguarda das populações e do património natural"². Importa fazer face às situações de perigo denunciadas por estudos técnicos, em zonas vulneráveis como a Ribeira Grande, onde, de 168 habitações, "23 estão localizadas em zonas de perigo muito elevado, 89 em zonas de perigo elevado e 56 em zonas de perigo moderado."³

Isto para falar só de inundações e cheias na Ilha de São Miguel, normalmente associadas a desabamentos de consequências imprevisíveis em estradas e caminhos municipais, onde, habitualmente, é maior a preocupação com o arranjo dos pisos do que o manter as bermas em condições de segurança para peões e viaturas. O mesmo acontece noutras ilhas, onde abundam os sinais de perigo de derrocadas, há anos e anos, sem que nada se faça para corrigir as ameaças de perigo iminente, até que os desabamentos ocorram.

A última tragédia da Povoação veio levantar questões muito pertinentes sobre a segurança das populações.

Será que tudo foi feito para afastar pessoas e viaturas das zonas e vias perigosas, ou deixou-se a cada um o critério de enfrentar o perigo? Pelas imagens das redes sociais, viu-se, claramente, que as



águas transportaram resíduos de algum porte e impediram a saída de habitações. Foram levantados por alguma entidade pública inquéritos visando corrigir e melhorar procedimentos de prevenção? Ou tudo estava preparado, houvesse ou não acontecimentos graves?

2.-Soube-se esta semana, 25 anos após a sua criação, que, nos Açores, em Maio, houve menos 143 beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Em tempo de graves carências sociais e económicas provocadas pela pandemia, quando todas as entidades públicas se vangloriam de atribuir apoios sociais aos mais necessitados, não consigo entender nem porquê nem como. Sobretudo porque, no espaço de um ano, esse decréscimo atingiu 749 beneficiários.

Fazer desta redução uma bandeira política, quando cada beneficiário recebe a miséria de 85,89 €, é uma atitude desumana e cruel, porque é não aceitar que ao Estado compete promover e zelar pela dignidade humana.

Em nome da congruência política devem as entidades públicas tratar todos os cidadãos por igual, considerando também subsídio-dependentes os agricultores, lavradores, empresários, trabalhadores de quaisquer profissões, desempregados, artistas, confissões religiosas, porque beneficiários dos apoios públicos, e não apontar o dedo acusatório apenas aos mais vulneráveis de uma sociedade injusta.

Hoje, mais que ontem, não é possível fechar os olhos ao crescente número de pessoas que vagueiam pela cidade de mão estendida.

Que é feito do programa de Luta contra a Pobreza?

*jornalista c.p. 239 A
<http://escritemdia.blogspot.com>

1 <https://www.dn.pt/portugal/geologos-alertam-para-perigo-na-ribeira-quente-1699506.html>

2 <https://portal.azores.gov.pt/web/comunicacao/news-detail?id=3853760>

3 Carla Cacilhas Machado (2014), <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/3471/1/DissertMestradoResumoIndIntrod-CCM2015.pd>